

Novo PAC inclui 40 demandas apresentadas pelo Grande ABC

Construção de unidades habitacionais e obras de mobilidade urbana, entre outras, estão na lista divulgada sexta-feira pelo governo federal

WILSON MOÇO
wilsonmoço@igabc.com.br

O lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) 3, feito na sexta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), elenca 40 demandas das sete cidades do Grande ABC que ainda não foram iniciadas ou que estão com obras paradas e aguardam pela retomada e conclusão. Conforme dados levantados pelo Consórcio Intermunicipal no site oficial do Novo PAC, projetos do Minha Casa, Minha Vida lideram o número de projetos na região que aguardam recursos para virar realidade, com 17, seguido de urbanização de favelas (10). As outras intervenções relacionadas são: mobilidade urbana (3); prevenção a desastres, contenção de encostas e drenagem (3); educação (2); saúde (1); cultura (1); esgotamento sanitário (1);

gestão de resíduos sólidos (1); e abastecimento (1).

A equipe do **Diário** também elencou as intervenções de cada município da região que constam no mapa oficial, que aponta São Bernardo e Diadema com nove cada. Na sequência vêm Mauá (8), Santo André (7), São Caetano (4), Ribeirão Pires (2) e Rio Grande da Serra (1).

O prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT), que assumiu a presidência do Consórcio no início do ano, tratou de parte dessas demandas com ministros e com o próprio presidente durante viagens que fez a Brasília ao longo dos primeiros sete meses de 2023. Uma das primeiras foi em meados de março, quando uma das pautas envolvia justamente o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, cuja retomada era uma das prioridades



NOVO PAC. Restouro de imóveis em Parapiacaba está no radar

do governo Lula, que assumiu o mandato em janeiro e encontrou o programa praticamente paralisado.

"Precisamos, para a nossa

região, de pelo menos 3.000 unidades habitacionais para pessoas que estão recebendo auxílio emergencial ou o Bolsa Aluguel. Só no Jardim

Zaíra, em Mauá, há mais de 700 famílias que moram em área de risco, e nós vamos trabalhar para levá-las a locais seguros e mais dignos. O poder público tem a obrigação de fiscalizar e impedir que as pessoas ocupem áreas de risco, mas para que não ocupem, precisam ter onde morar. E isso quem tem que garantir somos nós, prefeitos, governadores, ministros e presidente", disse, um dia antes da viagem.

REALI E A CAIXA

Ao mesmo tempo em que o presidente do Consórcio negocia em Brasília, o secretário executivo da entidade, Mário Reali, também tem participado de reuniões com a direção da Caixa para tentar destravar projetos que estão parados, à espera da liberação de recursos. O próximo encontro deve ocorrer até o fim do mês. "O Consórcio está mantendo reuniões

periódicas com a Caixa, e um dos objetivos é destravar isso (liberação de recursos), retomar todos os projetos que ficaram parados, mas são procedimentos que ainda estão sendo tratados com o banco", informou a entidade, em nota.

O colegiado não tem o valor fechado dos investimentos que seriam necessários, mas em recente visita do **Diário**, Marcelo Oliveira citou que seria algo em torno de R\$ 2,5 bilhões. A possibilidade de obter sucesso nas conversas com o governo federal para destravar investimentos aumentou na sexta-feira, quando Lula anunciou que os investimentos no Novo PAC devem alcançar R\$ 1,7 trilhão em todo o País, com recursos públicos e privados, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026 e R\$ 320,5 bilhões após 2026. O Estado de São Paulo deverá receber R\$ 179,6 bilhões do programa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3